

DISCURSOS SOBRE CLIMA DO NORDESTE BRASILEIRO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM QUESTÕES DO VESTIBULAR DA UNICAMP

Livia Dias de Azevedo⁸⁴

Edson Roberto Souza⁸⁵

Resumo: A região Nordeste do Brasil ainda se constitui como região problema, seja pela falta ou escassez das chuvas, seja pela veiculada dependência política, tecnológica, cultural, educacional e financeira dos grandes centros da região Sudeste. Esses são discursos postos e que circulam por ambientes escolares, científicos, institucionais governamentais, midiáticos, tanto pela via digital quanto pela impressa. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar os discursos acerca da região Nordeste, sobretudo os sobre o seu clima, sob o ponto de vista da Análise do Discurso (AD), a qual tem como principais interlocutores Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Sírio Possenti, Jean-Jacques Courtine, Freda Indursky, dentre outros. Propomos a seguinte pergunta para conduzir a análise: qual o funcionamento discursivo do tema clima do Nordeste em duas questões de geografia do vestibular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)? Ou dito de outra forma: quais os efeitos de sentido produzidos por essas questões quando colocadas em relação a outras textualidades? Assim, foi possível identificar através da análise que há uma memória discursiva hegemônica sobre o clima do Nordeste brasileiro, bem como há sentidos estabilizados que se atualizam ao longo do tempo, tais como os que se referem à seca, à miséria, à caatinga, à terra rachada e cinzenta.

Palavras-chave. Análise do Discurso. Texto. Unicamp. Vestibular. Clima do Nordeste.

Abstract: The Northeastern region of Brazil is still a problematic region, either due to the lack or scarcity of rainfall or to the political, technological, cultural, educational and financial dependence of the major centers of the Southeast region. These are fixed discourses, circulating – either digitally or printed – through schools, the scientific community, governmental institutions, and the media. In this sense, this article aims to analyze the discourses on the Northeastern region of Brazil, especially its climate, from the point of view of Discourse Analysis (DA) which has as main interlocutors Michel Pêcheux, Eni Orlandi, Sírio Possenti, Jean-Jacques Courtine, Freda Indursky, among others. We propose the following question to conduct the analysis: what is the discursive functioning of the theme “climate of the Northeast” in two questions of geography of the Entrance exam of the State University of Campinas (Unicamp)? Or put another way: what are the effects of senses produced by this question when put in relation to other textualities? Thus, it was possible to identify, through our analysis, that there is a hegemonic discursive memory on the climate of the Brazilian Northeast, as well as

⁸⁴ Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra do Instituto de Geociência (PEHCT/IG/UNICAMP). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

⁸⁵ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra do Instituto de Geociência (PEHCT/IG/UNICAMP). Doutor em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas e Doutor em Ciências Experimentais e Sustentabilidade pela Universitat de Girona, na Espanha.

stabilized senses that are updated over time, such as drought, misery, *Caatinga*, cracked and grayearth.

Keywords: Discourse analysis. Text. Unicamp. Entrance exam. Climate of the Northeast.

1. INTRODUÇÃO

A região Nordeste do Brasil ainda se constitui como região problema, seja pela falta ou escassez das chuvas, seja ainda pela veiculada dependência política, tecnológica, cultural, educacional e financeira dos grandes centros da região Sudeste. Esses são discursos postos e circulam por ambientes escolares, científicos, institucionais governamentais, midiáticos, tanto pela via digital quanto pela impressa. Do ponto de vista da escassez das chuvas, principal motivo que torna o Nordeste um tema interessante para as mídias, é recorrente o discurso que coloca a natureza como a principal responsável pela situação de atraso, pobreza e mendicância em que vive o Nordeste e os nordestinos, ou seja, esse é um lugar-comum sobre essa região. Mas, outros discursos irrompem e atravessam esse discurso estabilizado, introduzindo, para além de condicionantes naturais como as causas do problema, os sociais.

A proposta principal deste texto é analisar discursos acerca da região Nordeste, sobretudo o que se diz sobre seu clima, sob o ponto de vista da Análise do Discurso (AD). Propomos a seguinte pergunta para conduzir a análise: qual o funcionamento discursivo do tema clima do Nordeste em uma questão de geografia do vestibular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)? Ou, ainda: quais os efeitos de sentido produzidos por essa questão quando posta em relação a outras textualidades?

É laborioso discutir sobre clima e, em particular, o clima do Nordeste, o qual, por sua vez, carrega uma memória social bastante conhecida. Via de regra, falar sobre clima do Nordeste é falar sobre seca, caatinga, falta de chuvas, terra rachada, cinzenta, diminuição dos leitos dos rios, perda da produção agropecuária, bem como é falar também de um sujeito sofrido, mas que resiste às intempéries da natureza, visto que é quase também natureza. As relações entre homem, espaço e natureza são marcadamente presentes nessa região. Mas, essa produção imagético-discursiva só faz sentido pela força das condições de produção que criaram, sustentam e atualizam os discursos em torno do Nordeste.

Os constructos discursivos que instalaram o tema “clima do Nordeste” instauram-

no como acontecimento discursivo, um instaurador de discursividade, entendido por Pêcheux (1999) como um processo que envolve certa improbabilidade, tem memória, repercussão e circula por espaços-tempos diferentes. O acontecimento, ainda, não se dá como um fato, um ato em si, do ponto de vista discursivo, acontece já antes.

O acontecimento está voltado ao processo de circulação em espaços-tempos diversos, com diferentes efeitos de sentido na tensão ao estabelecido, resulta de uma memória e uma atualidade; embora tenham memória e se atualizam no contexto em que aparecem, precisam ser registrados, comprovados, legitimados, oficializados pelas instituições e por elas se fazem circular. Assim, os discursos sobre a seca do nordeste circulam por espaços heterogêneos: escolas, universidades, agências do estado, agências de pesquisa, documentos oficiais, anuários, artes, literatura, fotografia, música, jornais, novelas, cinema, internet.

O clima, do ponto de vista discursivo, só pode ser pensado na sua relação com as condições de produção, ideologia, formação discursiva e a memória discursiva, domínios pelos quais o gesto de leitura percorrerá.

Dessa forma, entendemos que a AD se estabelece como importante possibilidade de leitura do mundo, de atos de fala cotidianos, acontecimentos, evidências já estabelecidas pela força da repetição e insurreições que desorganizam essa ordem. Logo, nos interessa, a respeito do clima da região Nordeste, dar a ver o caráter complexo e contraditório presente nos discursos acerca das relações do clima com a sociedade e as instituições e de como sua apresentação hegemônica cria uma memória coletiva sobre um espaço tão múltiplo, multifacetado e heterogêneo.

Dessa forma, utilizamos os aportes teórico-metodológicos da AD nos trabalhos desenvolvidos por Pêcheux (2014, 1999), Courtine (2009), Orlandi (2015), Possenti (2009) e outros, principais referências para este texto. Este artigo está organizado, além dessa introdução, em quatro momentos: o primeiro versa sobre a construção ideológica-discursiva e espacial dos discursos sobre o clima do Nordeste; o segundo reflete sobre os processos de seleção para acesso a educação pública nos discursos da história da educação brasileira; o terceiro contextualiza o vestibular da Unicamp e o quarto se dedica à análise das questões e, para efeito de fechamento, as conclusões finais. O gesto de leitura construído é atravessado, em todos os seus momentos, pelos dispositivos teóricos e metodológicos da AD.

2. O CORPUS

Para a AD, o *corpus* é um conjunto de documentos, textos, imagens que servem de base e substância para descrição e interpretação de um fenômeno discursivo, podendo ser reorganizado e revisto não apenas antes, mas durante o trabalho e o percurso da escrita, é o que Orlandi (2015) chamará de montagens discursivas, dada a natureza diversa dos materiais. Ele pode, assim, ser composto por múltiplas textualidades, sendo elas uma decisão do pesquisador, das necessidades e dos desejos que lhe movem no intuito de montar e organizar seu material de análise.

Dessa forma, é importante dizer que o *corpus* deste artigo é um recorte de um amplo *corpus* que se constitui de um conjunto de provas de geografia de segunda fase do vestibular da Unicamp, nos anos de 1990, 1991, 1993, 1996, 1997, 2003, 2006, 2009, 2011. Para a seleção desse conjunto de provas, foram necessários alguns critérios, desenvolvidos ao longo do trabalho com as provas. De forma geral, os critérios foram os seguintes: seleção de todas as provas de primeira e segunda fase de geografia do vestibular da Unicamp entre os anos de 1987 a 2016, fechando um ciclo de 30 anos de provas; posteriormente, recorte pelas provas dissertativas; em seguida, recorte temático, provas de geografia em que o clima fosse tema central; por fim, o tema clima do Nordeste do Brasil como enfoque principal. Para a presente análise, trazemos as questões 16 e 06, de 2003 e 2011, respectivamente.

3. DISCURSO E TEXTO

O termo discurso é de uso corrente no cotidiano das pessoas, utilizado, basicamente, para designar uma fala, intenção, argumentação, enfim, uma necessidade de convencimento. Evidentemente, para os autores e pesquisadores da AD, o discurso é definido de forma mais complexa, mas não se nega o uso comum do termo, talvez ao contrário, se utiliza de fragmentos desse uso comum, afinal, é na língua que o discurso ganha materialidade (POSSENTI, 2009; ORLANDI, 2015).

A língua é a principal materialidade do discurso, mas não é a única. Se pensarmos na linguagem como um sistema mais amplo, complexo e incompleto, podemos alargar o seu conceito e pensar que a materialidade se constitui de várias formas de linguagem, como, por exemplo, fotografias, gráficos, pinturas, músicas, danças, ou seja, uma série de linguagens não-verbais, mas que, não por isso, deixam de ser carregadas de

discursividades em suas manifestações materiais. O que estamos propondo aqui é que a linguagem seja considerada em sua dimensão verbal (falada e escrita) e não-verbal, aquela que não usa a fala e a escrita como principal forma de expressão, mas apresenta-se em imagens, gráficos, pinturas, figuras, fotografias, mapas, desenhos, arquitetura, dentre outras.

De acordo com Cavalcante e Custódio Filho (2010), a linguagem tem por meta tratar da temática dos sentidos, e isso pode indicar que a produção dos sentidos passa pelo uso da linguagem. Partindo da noção de texto desenvolvida por Koch (2004), os autores a expandem e o consideram como objeto complexo e multifacetado. Eles parafraseiam a referida autora da seguinte forma:

A produção de linguagem [verbal e não verbal] constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos que se realiza, evidentemente, com base nos elementos [linguísticos] presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes (enciclopédia), mas a sua reconstrução e a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (CAVALCANTE e CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 64, grifo dos autores).

Orlandi (2005) esclarece que Pêcheux considerava a linguagem como um sistema capaz de ambiguidade e define a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem. De acordo com Pêcheux, o linguístico é pressuposto de todo processo discursivo. Portanto, o que torna a linguagem objeto discursivo é a sua relação com a história; aqui, no entanto, nos propomos a considerar, dentro disso, a sua relação com o campo disciplinar da geografia.

O discurso é definido por Pêcheux como um efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico, em que o sujeito não está na origem do seu dizer, mas é atravessado por outros discursos e ideologias; dessa forma, critica a evidência e a transparência do sentido (PÊCHEUX, 2014).

Para Possenti (2009, p. 16), o discurso é um tipo de sentido, “um efeito de sentido, uma posição, uma ideologia – que se materializa na língua, embora não mantenha uma relação biunívoca com recursos de expressão da língua”. Ou seja, é através do texto falado, escrito e imagético que o discurso toma forma, conteúdo e posição. Os textos (falado, escrito e imagético) materializam discursos que são formados dentro de formações distintas. Os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos estão colados à

posição do sujeito (locutor e ouvinte) e às condições de produção do próprio discurso.

Em AD, Orlandi (1995) explica que o texto é a unidade primeira, uma peça de linguagem, materialidade histórica. Para a autora, as palavras não significam em si mesmas, é o texto que significa e, para ser texto, é preciso ter textualidade, a qual, por sua vez, “é a função da relação do texto consigo mesmo e com a exterioridade” (ORLANDI, 1995, p. 111). É o discurso que sustenta e significa o texto, é esse movimento que o torna textualidade. Por exterioridade, entende-se o interdiscurso, memória discursiva e as condições de produção, os contextos culturais, econômicos, políticos, sociais e históricos, geográficos; é, portanto, na relação do texto com as condições de produção e com o interdiscurso que se produz a textualidade.

Para Orlandi (1995, p. 112), “o texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada — embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira — pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários)”. É neste jogo que a exterioridade se manifesta, quando o texto é posto em relação a outros textos, isso indica que a exterioridade é constitutiva do próprio texto, porque sempre contém ou é atravessado por outros textos.

A respeito do texto, Indursky (2015), a partir de Guespin, explica que “um olhar lançado sobre um texto, do ponto de vista de sua estruturação em ‘língua’ faz dele um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção deste texto o transforma em um discurso” (GUESPIN, 1976 apud INDURSKY, 2015, p. 75). Dessa forma, o texto precisa relacionar-se às condições produção para se fazer discurso e, para isso, é preciso atravessar os elementos internos ao texto e considerá-lo inscrito na história e na geografia.

Indursky (2015) explica ainda que as condições de produção de um texto relaciona esse texto a sujeitos históricos, ou seja, a sujeitos sociais, afetados pelo inconsciente e pela ideologia, age sob a ilusão de estar na origem do seu dizer. É o sujeito descentrado, que precisa acessar a memória discursiva, o interdiscurso, o que lhe permite o seu dizer. Neste, está ancorado o repetível, outros textos e discursos. Para que este sujeito historicamente produzido possa dizer, é necessário imergir na memória discursiva, lugar de múltiplos sentidos, fazendo emergir outros textos e discursos ditos em outros lugares e independentemente. É possível considerar que memória e o sentido não são datados, não têm um marco fundador, o recorte temporal é definido pelo analista.

Ainda nessa relação entre linguagem e discurso, ou especificamente linguagem

como materialidade discursiva, Brandão (2012, p. 09) admite que, como “sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação sígnica, que reside o ideológico”. O ideológico aí aparece justamente na mediação entre nós e o mundo, o olhar sobre a realidade é ideológico e é assim que significamos a nós mesmos, ao mundo.

A linguagem vista como materialização do discurso é prática social surge como pressuposto, interação e processos de significação permanente. A linguagem assim é lugar de conflito, confronto, disputa, mas é também lugar da identificação, do reconhecimento, da significação.

Nesse sentido, Orlandi (2015, p. 13-14) esclarece que a AD não trabalha a linguagem como sistema abstrato, mas com a língua enquanto materialidade simbólica, “com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.” Considerar a materialidade simbólica do discurso implica considerar a memória discursiva que é construída pelas diversas formas de discurso. Noção importante, sobretudo, quando se trata das questões concernentes ao clima e a vegetação da Região Nordeste do Brasil. Existe, nos discursos, uma representação simbólica hegemônica que caracteriza esta região.

Pêcheux (1999) explica que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

A memória discursiva se estabelece e se impõe pela sua ausência, ou seja, é o que já está lá, faz parte da nossa história, mas só a acessamos quando somos afetados por alguma necessidade. Ou, como esclarece Orlandi (2006), a memória discursiva é constituída pelo esquecimento. Portanto, ela é também uma construção histórica-social. É justamente essa memória que nos permite ler um acontecimento. Um geógrafo só consegue ler um fenômeno geográfico porque existe uma memória discursiva que permite a ele fazer as relações necessárias para a leitura do fenômeno. Para fazer uma leitura sobre o clima do Nordeste, por exemplo, é necessário acessar uma série de imagens,

concepções, ideias, conceitos, uma série de pré-construídos, de implícitos que constroem e organizam a nossa memória discursiva sobre este clima.

Segundo Pêcheux, memória discursiva é o já-dito que torna possível todo dizer. Há um significado anterior. O sentido, então, passa pela memória discursiva, essa relação é mediada pela ideologia e pelo inconsciente.

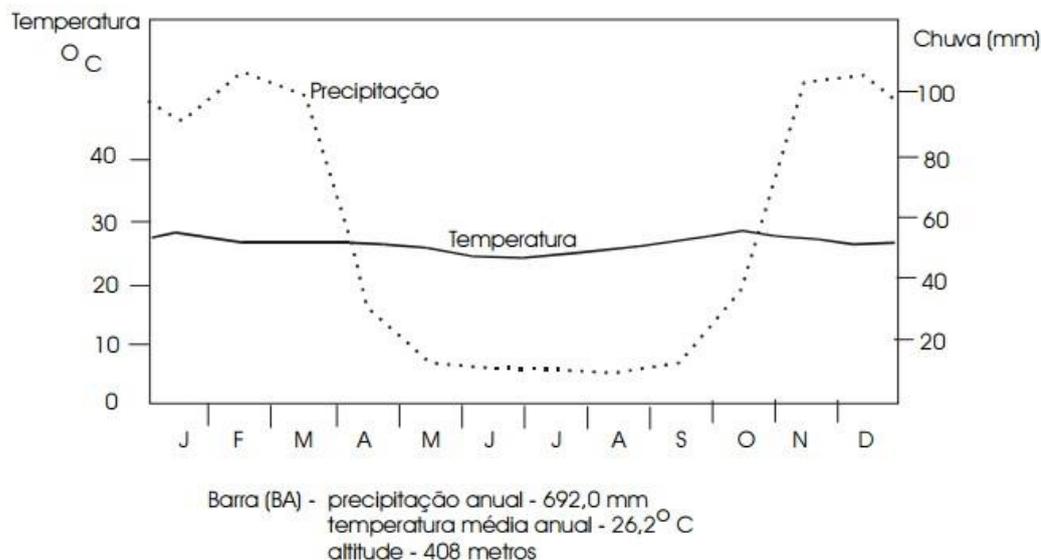
Já Courtine (1999), por sua vez, nos convida a fazer uma reflexão que cabe para este texto: é quando diz da relação memória história e memória política. Para esse autor, o funcionamento do discurso político possibilita e organiza a materialização da memória histórica-discursiva-política.

4. A ANÁLISE: DISCURSOS SOBRE CLIMA DO NORDESTE BRASILEIRO

Clima do Nordeste brasileiro é um tema sensível, relevante, e possibilita, em função disso, diferentes abordagens de estudos. Analisaremos a seguir duas questões da prova de geografia da segunda fase do vestibular da Unicamp dos anos de 2003 e 2011. Para tanto, utilizaremos os aportes fornecidos pelo referencial teórico da AD.

A questão 16, do ano de 2003, apresenta a imagem de um climograma para conduzir a leitura e as respostas. É importante explicar que climograma é um gráfico que apresenta os níveis de temperatura e pluviosidade de uma determinada área e/ou de uma cidade, por exemplo. É a partir do cruzamento dos dados de temperatura e pluviosidade e das suas distribuições ao longo de um ano, de janeiro a dezembro, que é possível identificar os tipos de clima ou a sua predominância. Todas as pessoas que passaram pela experiência escolar nos últimos 30 anos estudaram, de alguma maneira, os climogramas: eles estão presentes nos livros didáticos, em questões de vestibular e nas apostilas de escolas de todo Brasil. Vejamos a imagem a seguir:

16. O gráfico abaixo retrata a distribuição das temperaturas e precipitações médias mensais de Barra (BA).



Fonte: E. Nimer. "Climatologia da Região Nordeste do Brasil: introdução à climatologia dinâmica". *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, 34(2), 1972, p.46.

- Qual é o tipo climático representado e sua principal área de ocorrência?
- Descreva os principais aspectos térmicos e pluviométricos do tipo climático representado.
- Qual é a formação vegetal que aparece associada a este tipo climático?

Figura 01 – Questão 16 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2003 da Unicamp. Fonte:

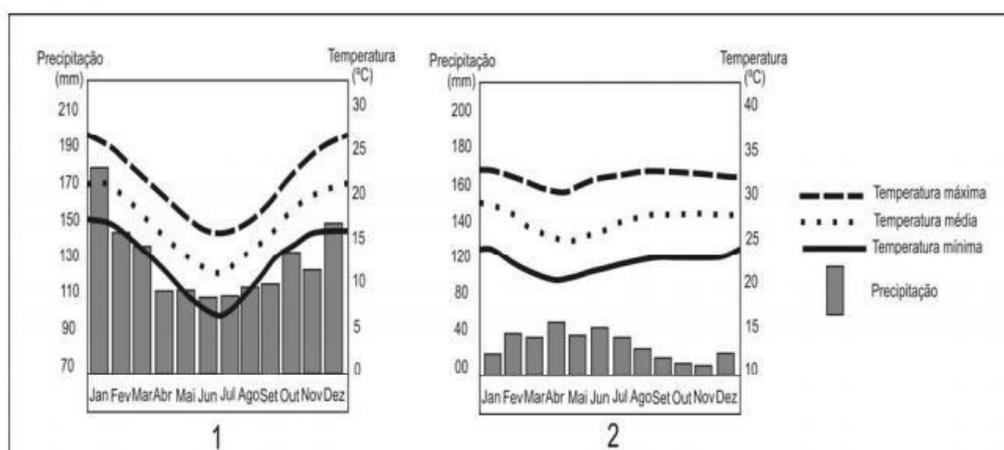
http://www.comvest.Unicamp.br/vest_antteriores/2003/download/fisgeo.pdf

A figura 01 apresenta o gráfico da distribuição de temperatura e de chuva ao longo de um ano, na cidade de Barra, no Estado da Bahia. Essa cidade não é a mais conhecida da Bahia em nível nacional, mas, se o vestibulando considerar o Estado da Bahia, e sua localização em relação aos paralelos (Linha do Equador, por exemplo), terá noção, mesmo de modo superficial, da temperatura local – embora, ao contrário do que é apresentado no climograma da cidade de Barra, existam cidades no Estado da Bahia com médias de temperatura em torno de 20°C, como em Vitória da Conquista, no sudoeste, e de 19.1°C, em Piatã, na chapada Diamantina⁸⁶. Essas informações colocam em cheque, inclusive, a ideia hegemônica e estabilizada de que regiões que estariam próximas à linha do Equador têm altas médias de temperaturas, mesmo porque existem outros elementos que

⁸⁶ Dados do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA. Disponível em <http://www.inema.ba.gov.br/>. Acesso em 05 de dezembro de 2016.

interferem na variação térmica, como a altitude, por exemplo. Mas o gráfico – aqui considerado como discurso – é tomado socialmente como uma evidência científica e, por isso, mesmo não passível de questionamentos, “os gráficos não mentem, os dados não mentem”. O efeito de evidência do gráfico cola-se a uma imagem que ele representa e, desse funcionamento, tem-se uma “verdade” estabelecida. A relação evidência e “verdade” acontece como se a primeira estivesse diretamente associada à segunda, como um amálgama. Reflexão semelhante é possível fazer a respeito da questão 06 do ano de 2011:

6. Os climogramas abaixo representam dois tipos climáticos que ocorrem em território brasileiro. Observe-os e responda:



(Adaptado de <http://www.climabrasileiro.hpg.ig.com.br>)

- A que tipos climáticos se referem as figuras 1 e 2, respectivamente?
- Qual a vegetação característica das respectivas regiões?

Figura 02 – Questão 06 da prova de Geografia da 2ª fase do ano de 2011 da Unicamp.

Fonte: <http://www.comvest.Unicamp.br/vest2011/F2/provas/ciening.pdf>

Observando os climogramas, é possível perceber que as perguntas, tanto da questão 16, quanto da 06, são iguais, ou seja, se referem aos tipos climáticos e à sua vegetação característica. Embora os gráficos demonstrem as mesmas variáveis (temperatura e precipitação), visto que ambos são climogramas, a leitura tanto de um quanto do outro demanda um olhar diferente, seja pela resolução do gráfico, pela mudança dos eixos de temperatura e precipitação, seja pelo intervalo das unidades de medida das variações de temperatura e precipitação, escala, forma do desenho, pelas informações sobre temperatura, enfim; os gráficos, apesar de ambos apresentarem tipos climáticos,

não são iguais, e, por isso, não possibilitam iguais leituras.

Os dois climogramas da questão 06 não estão relacionados a nenhuma cidade, a fonte parece não ser tão importante, visto que ela está fora do gráfico e não tem boa visualização, e também não apresentam dados complementares como a indicação da altitude tal qual na questão 16. Se observamos apenas o desenho das barras, já teríamos um outro padrão de leitura dos gráficos. É ainda importante destacar que os intervalos das unidades de medidas entre os dois gráficos da questão 06 são diferentes - o que daria uma percepção visual muito díspar em relação à distribuição das temperaturas e precipitações, ou ainda, talvez, o que poderia ser considerado uma estratégia visual para ressaltar a forte diferença entre os dois gráficos da mesma questão.

O climograma da questão 16 e o segundo da questão 06 descrevem um mesmo tipo climático, semiárido, mas são particularmente diferentes entre si, o que já é um indicativo de que os tipos climáticos não são homogêneos como se quer fazer pensar. Um mesmo tipo climático pode ter diferentes variações e, por isso, suscitar distintas “representações” de temperatura e precipitação.

Ao colocar os dois gráfico sem relação (questão 16 e o segundo da questão 06), é possível observar como as suas apresentações visuais permitem leituras diferentes: na distribuição da precipitação, por exemplo, o segundo gráfico induz o olhar a perceber que existe uma maior precipitação durante o ano, o contrário em relação ao primeiro gráfico, que dá a entender que existe uma quantidade baixíssima de precipitação na maior parte do ano. Se considerarmos, ainda, a unidade de medida da precipitação, intervalos de 20 milímetros no primeiro gráfico e de 40 milímetros no segundo, a diferença é confirmada, o que indica que há sim uma maior precipitação registrada pelo segundo gráfico. Há também uma diferença significativa na distribuição das chuvas ao longo do ano, observe que, no primeiro gráfico, entre novembro e abril, existe maior precipitação; já no segundo gráfico, a concentração das chuvas se dá entre os meses de fevereiro a agosto.

Com a linha da temperatura, a diferença em relação à precipitação é bem menor. De forma geral, a temperatura aparece em ambos gráficos com certa estabilidade. No primeiro gráfico, quase não há variação, a temperatura gira em torno dos 25-30 graus.

Dessa forma, pode-se admitir que os gráficos só fazem sentido quando inseridos em um contexto específico. Isso quer dizer que eles podem ser usados para diferentes fins e produzir diferentes efeitos de sentidos, a depender do seu uso e da sua relação com

outras textualidades. Um gráfico, por exemplo, retirado do contexto que foi inicialmente concebido, significa de diferentes formas quando inserido em outras situações, e é disso que estamos tratando aqui, não no sentido do gráfico em si mesmo, mas na sua relação com a exterioridade que o produz e da qual é constituído.

A leitura de gráficos, assim como de qualquer outro objeto discursivo, acessa memórias às quais conscientemente não temos acesso. Os gráficos têm um efeito de interpretação transparente e evidente: é justamente nessa relação que o efeito ideológico se manifesta, nesse processo é preciso devolver a opacidade ao gráfico.

A respeito da linguagem dos gráficos, Souza (2010, p. 12) explica que

a leitura de gráficos parece exigir não apenas a decodificação de dados compilados, mas parece solicitar um olhar que se estenda para além das evidências, um olhar que perceba os gráficos enquanto construção humana, os quais trazem em si versões sobre fatos e assim estão carregados de ideologias e valores.

Sobre a leitura de gráficos sob o ponto de vista discursivo, Souza (2010) analisa que, para que a leitura se realize como processo de interpretação, faz-se necessário que haja uma memória discursiva inscrita através da qual o sentido se produz.

Podemos então pensar que, ao lermos gráficos, acessamos automaticamente um conjunto de regras anônimas que produzem os efeitos da nossa leitura. Então podemos considerar os gráficos como objetos discursivos, os quais apesar de poderem manter relações com os discursos verbais, possuem suas especificidades e também a capacidade de gerar diferentes interpretações (SOUZA, 2010, p. 12).

Por outro lado, a ideia que prevalece no imaginário coletivo é a imagem clichê de que na Bahia e, por consequência, no Nordeste brasileiro, as temperaturas são sempre elevadas e que todo o Nordeste brasileiro é constituído pelo clima semiárido, motivo principal do seu subdesenvolvimento. O climograma da cidade de Barra fornecido na questão corrobora o clichê, uma vez que se pode observar no rodapé do gráfico a informação de que a média de temperatura anual é 26°C e de que há baixíssima pluviosidade (ver figura 01).

No entanto, questionamo-nos: como deslizar, problematizar ou questionar as imagens clichês? Para Deleuze (2007), existe uma possibilidade de desviar da imagem clichê, fazendo- se:

rapidamente ‘marcas livres’ no interior da imagem pintada para destruir a figuração nascente e dar uma chance à Figura, que é o próprio improvável.

Essas marcas são acidentais, 'ao acaso'; mas vê-se que a mesma palavra acaso de modo algum designa probabilidades, designa agora um tipo de escolha ou de ação sem probabilidade. Pode se dizer que essas marcas não são representativas, justamente porque dependem do ato ao acaso e nada exprimem que se refira à imagem visual: elas só dizem respeito à mão do pintor. Mas, por isso só servem para serem utilizadas, reutilizadas pela mão do pintor, que vai se servir delas para extrair a imagem visual do clichê nascente, para se desvencilhar da ilustração e da narração nascente. (DELEUZE, 2007, p. 97-98).

Para Deleuze (2007), é preciso fazer furos na imagem clichê para que outras imagens- possibilidades apareçam. O problema não estaria então no clichê, mas em outras possibilidades de apresentação que ele sombreia, apaga e silencia, estabilizando uma ordem já previamente estabelecida como única verdade. Pesando assim, quais outras imagens possíveis poderiam compor o cenário climático e político, social da região Nordeste do Brasil?

A imagem clichê é uma pista interessante para pensar o climograma. Se considerarmos o processo histórico, identificaremos que o Nordeste tem sua construção imagético-discursiva que insere o seu clima como principal característica da região.

Se considerarmos, ainda, que essas imagens fazem parte de uma prática ritualizada imagético-discursiva, um diálogo com Pêcheux nos parece adequado, pois, para ele:

E através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Com isso, o autor indica que, para romper o ciclo da repetição, é necessário quebrar com os rituais que reproduzem a repetição do dizer, pois nesse círculo muitos outros discursos são impedidos de emergir. Por isso, a quebra, a falha, a rachadura são necessárias para que discursos outros irrompam. Por outro lado, o mesmo Pêcheux nos explica que todo ritual é passível de falhas, fissuras, por onde as transgressões passeiam.

Outra ideia potente para que se possa pensar o clichê são as imagens canônicas. Na esteira de Saliba (1999), Molina (2016, p. 225) explica que as imagens canônicas assim se constituiriam, ou seja:

(...) seriam aquelas imagens-padrão ligadas a conceitos-chaves de nossa vida social e intelectual, onde, tais imagens constituem pontos de referência inconscientes, sendo, portanto, decisivas em seus efeitos subliminares de identificação coletiva. [Assim, são] (...) imagens de tal forma incorporadas

em nosso imaginário coletivo que as identificamos rapidamente. (...) Os livros didáticos são, quase que infinitamente ilustrados com imagens canônicas (SALIBA, 1999, p. 437).

As imagens canônicas são pontos de referências, pontos de ancoragem que dão identidade à memória discursiva que está para uma memória coletiva em sua natureza constitutiva. Essas imagens são construídas coletivamente no jogo seletivo do que deve ser lembrado como imagens identitárias de um espaço, região e o que deve ser esquecido pelas sociedades. As imagens clichês e as imagens canônicas fazem parte um mesmo conjunto de imagens estabilizadas que apresentam e representam uma sociedade, como, por exemplo, as imagens que são construídas dos nordestinos, pelos próprios nordestinos e pelos não nordestinos. Existem variados suportes verbais e não-verbais que se ocupam de construir imagens de um Nordeste.

As imagens canônicas e as imagens clichês são pontos, imagens-âncoras/normativas que apoiam, amparam, alicerçam, suportam e sustentam as memórias discursivas. São pontos de apoio, pontos de descanso da memória discursiva, que não podem ser tomados fora do contexto constitutivo. São pontos porque são imagem pontuais, limitadas como representação, mas que fazem parte de um conjunto discursivo muito maior e mais estruturado. As imagens âncoras precisam de tempo para circular pelo imaginário social, precisam de tempo para serem esquecidas e espaço-tempo para serem acessadas, como nesse caso, no momento da realização das provas do vestibular. Essas imagens são reguladas, ajustadas, manipuladas agenciadas pelos mecanismos de memórias e esquecimentos. Nessa disputa de forças, alguns dizeres são legitimados, outros são silenciados.

No sentido colocado por Medeiros (2009), enquanto objeto simbólico, a imagem na AD ganha dimensão de ser significada na relação com o interlocutor, do mesmo modo em que as imagens também fazem parte do jogo político pelo poder de forças que as fazem hegemônicas ou não. O significado das imagens são, assim, construções históricas, políticas e discursivas, por exemplo, as imagens que circulam como predominantes sobre o Nordeste brasileiro, parte das quais estão na epígrafe que inicia este texto. O Nordeste é precário, seco, árido, subdesenvolvido, carente, pobre, a sua vegetação é caatinga, espinhenta, feia, cinza. É possível ainda relacionar essas características da caatinga à famosa frase “o sertanejo é, antes de tudo, um forte” de Euclides da Cunha, presente em seu mais conhecido livro “Os sertões”, ser forte é resistir às intempéries da natureza e,

para isso, é preciso manter a dureza para permanecer em meio à seca, à fome e à pobreza.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AD, construto teórico-metodológico do qual partilhamos, deve ser pensada tal qual deve ser a escola e a universidade, ou seja, está colada à vida. É na vida que os sentidos são construídos, reconstruídos, ressignificados, rompidos, fragmentados, deslizados, esquecidos e estabilizados. Logo, pensar o discurso é também pensar as práticas políticas de seus interlocutores, o jogo da linguagem; é, sobretudo, um jogo político de esquecimentos e permanências, de rupturas e engessamentos, de “verdades” que falham.

Os climogramas da questão 16 e 06 reforçam o clichê e as imagens canônicas construídas da região Nordeste, que é identificado e caracterizado – pelas mídias diversas: revistas, jornais, tevê, música, literatura, ciência e pelos livros didáticos de geografia – por um clima semiárido e com vegetação de caatinga, apenas. O Nordeste é quente e seco. Essa é a imagem construída do Nordeste brasileiro. Mas quantos Nordestes cabem em um mesmo Nordeste? E quantas imagens podem ser decorrentes desses Nordestes? Quantos tipos climáticos são possíveis identificar nessa região que é tão extensa do ponto de vista espacial? Afinal, o que se quer silenciar?

O ponto de tensão presente nas questões analisadas diz respeito, sobretudo, ao uso da linguagem verbal e imagética e suas relações na produção de sentido. Assim, se para Pêcheux(2014), a língua é polissêmica e opaca, e o real da língua é a falha; o mesmo podemos aceitar em relação ao dizer sobre o espaço: ele é polissêmico, não transparente, e o seu real não é a sua totalidade, mas as fissuras que são abertas pelo movimento cambiante das relações entre natureza, história e sociedade.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Helena HathsueNagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3 ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, v. 12, n. 2, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, São Paulo: Edufscar, 2009. p. 45-68.

_____. O Chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda. (Org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999.

DELEUZE, Gilles. *Francis Bacon: lógica da sensação*. Trad. Roberto Machado et al. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: Discurso e textualidade*. Pontes Editores: Campinas, São Paulo, 2015.p. 37-87.

MEDEIROS, Caciane Souza de. Formação Ideológica: o conceito basilar e o avanço da teoria. In: IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso - SEAD, 2009, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Anais... Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em <http://analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/CacianeSouzaDeMedeiros.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2017.

MOLINA, Ana. Imagens sobre História do Paraná em livros didáticos de História: a paisagem e a memória em pequenos relicários. In: MOLINA, Ana; FERREIRA, Carlos Augusto Lima. *Entre textos e contextos: caminhos do ensino de História*. Curitiba: Editora CRV: 2016.

ORLANDI, E. “Michel Pêcheux e a Análise de Discurso”. In: *Estudos da Língua(gem)*, n. 1, p. 9-13, 2005.

_____. Análise de Discurso. In: Orlandi&Lagazzi-Rodrigues (Orgs.). *Introdução às ciências das linguagens – Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006, p. 11 – 31.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Pontes Editores, Campinas, São Paulo, 2015.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Texto e Discurso. ORGNAON: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. [online]. Volume 9, número 23, 1995. Rio grande do Sul. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/issue/view/1690>. Acesso em: 08.10.2017.

PÊCHEUX, M. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990.

_____. Papel da memória. In ACHARD, Pierre. (Org.). *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2014.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOUZA, Edson Roberto de. *Leituras, limites e possibilidades de gráficos do ENEM no contexto do aquecimento global e das mudanças climáticas*. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História e Ensino das Ciências da Terra) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.